



ISSN: 1696-8352 - BRASIL – OCTUBRE 2016

## UM PANORAMA SOBRE A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA MESORREGIÃO DO BAIXO AMAZONAS

**Raí Alves Fragata<sup>1</sup>**

Graduando em Administração – UFAM  
rai.fragata@outlook.com

**William de Souza Barreto<sup>2</sup>**

Economista – UFAM  
wbarretow@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Raí Alves Fragata y William de Souza Barreto (2016): “Um panorama sobre a produção agropecuária na mesorregião do Baixo Amazonas”, Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, Brasil, (octubre 2016). En línea: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/16/mesorregiao.html>

### RESUMO

Esta pesquisa pretende analisar a produção agropecuária na mesorregião do Baixo Amazonas, expondo a importância do setor para o desenvolvimento da economia regional e local. Acerca da agropecuária, partimos do conceito de que a mesma é toda atividade que faz uso do solo para cultivo de plantas e criação de animais, ressalta-se que nosso país tem na agricultura um importante meio para o desenvolvimento da economia, com base nesta análise iremos buscar de forma geral, diagnosticar os aspectos da produção agropecuária no Baixo Amazonas, ressaltando os principais pontos que o setor desencadeia na região, mas especificamente procurando identificar a produção agropecuária nos municípios que fazem parte da mesorregião e comparar a produção agropecuária com outras regiões. As análises dos dados foram realizadas por meio do Programa Estatístico R, a partir da visualização dos dados que foram obtidos pelo CENSO de 2000 e 2010, disponibilizados no Sistema do IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional, Produção Agropecuária, Economia Regional.

### Abstract

This research aims to analyze the agricultural production in the middle region of the Lower Amazon, exposing the importance of the sector for the development of regional and local economy. About agriculture, we start from the concept that it is any activity that makes use of the land for cultivation of crops and livestock, it is noteworthy that our country has in agriculture an important means for the development of the economy, based on this analysis we will seek in general, diagnose aspects of agricultural production in the Lower Amazon, highlighting the main points that the sector triggers in the region, but specifically seeking to identify agricultural production in the municipalities that are part of meso and compare agricultural production to other regions. The analysis of data will be made through the Statistical Program R, from the view of the data that were obtained by the 2000 and 2010 Census, available in the Automatic Recovery System IBGE - SIDRA.

**Keywords:** Regional Development; Agricultural production; Regional economy.

<sup>1</sup> Graduando em Administração pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM

<sup>2</sup> Economista e Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Mestre em Desenvolvimento Regional – UFAM. Doutorando em Desenvolvimento Regional – FURB.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho propõe uma pesquisa baseada em informações censitárias de 2000 e 2010, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde se pretende analisar os resultados da produção agropecuária na mesorregião do Baixo Amazonas, com intuito de comparar a produção intra-regional, expondo a importância do setor no desenvolvimento para a economia regional e local.

O conceito básico para agropecuária afirma que, é toda atividade que faz uso do solo para cultivo de plantas e criação de animais. Nosso país tem na agricultura um importante meio para o desenvolvimento da economia, segundo alguns dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em termos de produção, o Brasil lidera o mercado na América Latina.

No cenário nacional a agropecuária tem relevados índices de produtividade, onde representa grande percentual no Produto Interno Bruto (PIB), com essa grande representatividade do setor na economia, o governo viabiliza políticas para o constante crescimento do setor como na modernização dos meios de produção, mas detalhadamente nos avanços na área da pesquisa e nos incentivos financeiros, com concessão de crédito e benefícios fiscais, além do programa de incentivo rural, que da seguridade ao produtor no caso de perdas em safras ou rebanhos.

Em termos regionais, região norte proporciona vários pontos positivos para o crescimento do setor, como solo fértil, disponibilidade de água em abundância, biodiversidade favorável e outros. Neste estudo serão analisados os fatores relacionados à produção agropecuária na mesorregião do Baixo Amazonas, fazendo um comparativo de crescimento a partir das informações censitárias de 2000 e 2010, do IBGE, buscando deixar em evidência a representatividade do setor na economia regional.

Conforme Johnston e Mellor (1961), afirmam que o setor agropecuário tem cinco importantes papéis a desempenhar no processo de desenvolvimento econômico: (I) fornecer alimentos para a população; (II) fornecer capital para a economia; (III) fornecer mão-de-obra para o crescimento e diversificação de atividades na economia; (IV) proporcionar um amplo mercado, fornecendo ganhos cambiais para a economia.

Contudo, justifica-se esse projeto como uma forma de analisar em termos comparativos a cadeia produtiva do setor na região do Baixo Amazonas, de forma geral na análise da produção do setor agropecuário da mesorregião do Baixo Amazonas e sua importância para a economia da região, mais especificamente identificando a produção agropecuária (Produção e Representatividade econômica) dos municípios que compõe a mesorregião do Baixo Amazonas (Estado do Amazonas).

## **2 ECONOMIA REGIONAL**

A Economia Regional como o estudo da diferenciação espacial, das inter-relações entre as áreas dentro de um sistema nacional de regiões, enfrentando um universo de recursos escassos, desigualmente distribuídos no espaço e imperfeitamente móveis. Há afastamento entre os mercados de consumo predominantes, entre as fontes de recursos e os pólos de produção, os recursos regionais e a produção independente da atividade exercida não se distribuem igualmente no espaço e na economia da região e também pela desigual distribuição de recursos para incentivos à produção. Os recursos e áreas não são explorados com a mesma intensidade, onde as que são exploradas por primeiro tendem a ser mais valorizadas adquirindo uma vantagem adicional sobre as demais (DUBEY, 1977).

Em tese a Economia Regional compreende a introdução da questão do espaço na análise econômica, tais como o estudo de problemas localizados e que envolvem separação de alguns recursos provenientes da produção, como a estrutura para produção de atividades agrícolas, os meios de relação entre dois ou mais centros de produção, a questão da falta de oportunidades no ambiente rural, nas dificuldades de incentivos financeiros por parte do poder público municipal e regional, o aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais locais entre outros.

Souza (1982) enfatiza que a Economia Regional está centrada na estrutura de mercado da atividade a ser desempenhada, na organização financeira, na capacidade econômica que a desempenha na região e principalmente na tomada de decisões que o poder público tem nas mãos acerca das políticas de incentivos a serem empregadas.

## **3 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Brasil é um dos principais produtores agrícolas no cenário mundial, nas recentes décadas, a atividade agrícola no país cresceu significativamente em vários aspectos, tais como no aumento de produtividade devido a introdução de novas tecnológicas no sistema produtivo, na incorporação de novas áreas de produção acerca daquelas que situam-se no processo de exploração. Grande parte

do crescimento desse setor ocorreu nas atividades agropecuárias desenvolvidas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. No entanto, as atividades agropecuárias concentradas na região Norte pouco participaram desse crescimento do setor agrícola brasileiro. Em 1995, as regiões brasileiras participavam, percentualmente, da seguinte forma no total da produção do setor agropecuário em um âmbito geral: Norte, 4,2%; Nordeste, 13,6%; Centro-Oeste, 10,4%; Sudeste, 41,8% e Sul, 30,0%, estes dados revelam que a concentração nas regiões sul e sudeste representa mais 70% de toda a produção agropecuária brasileira (CASTRO, 2013).

O Norte do Brasil resguarda parte considerável da Floresta Amazônica e, por isso, constitui área de intenso interesse nacional e internacional relacionado à preservação dos recursos naturais abrigados pelo ecossistema amazônico. Numa região vasta, a maior do país, e com pouca presença do Estado em boa parte de sua extensão, diversas atividades ilegais crescem no seu interior, tais como, exploração ilegal de madeira na floresta, tráfico de drogas e de animais silvestres, contrabando de armas, entre outras. Por conta da ausência de atividades econômicas no setor formal, ou seja, essas atividades ilícitas movimentam de certa forma a economia da região.

A atividade agropecuária exercida na região Norte possui elevados índices de variabilidade seja com relação às culturas plantadas, seja com relação a aspectos como nível de tecnologia empregada na produção. A pecuária é a principal atividade agropecuária da região, seguindo-se em importância, em termos de valor total da produção, o cultivo de mandioca e a pecuária.

Acerca das perspectivas futuras da agropecuária na região Norte observa-se alguns fatores que geram limitações ao desenvolvimento dessa atividade, tais aspectos são frequentemente apontados como possíveis barreiras para esse crescimento da atividade, como questões ambientais, deficiência logística por ser uma região com muitas áreas alagadas, atraso tecnológico, falta de incentivos financeiros, falta de assistência técnica e etc. Ressalta-se também os problemas relacionados aos impactos ambientais que a atividade agropecuária gera na região. Um grande obstáculo à competitividade da região norte acerca da agropecuária no cenário nacional é a questão do custo do transporte de mercadorias no país que é altamente alto.

Como proposta de valor para a agropecuária da região poderia se beneficiar com a implantação de uma rede de geração de tecnologia agropecuária voltada para as necessidades intrínsecas às atividades desenvolvidas na região. Outro obstáculo para a produção agropecuária em um âmbito regional é a questão do grande número de agricultores que por falta de crédito nas instituições financeiras tem poucas possibilidades de estagnar e aumentar a produção, tais recursos são impossibilitados de chegar aos produtores frequentemente pela inadimplência de alguns agricultores e em muitos casos pela burocracia bancária.

A questão do incentivo ao desenvolvimento de áreas atrasadas acerca da produção é o aspecto padrão de alocação dos investimentos do setor público, mas necessariamente quando os investimentos necessários às regiões de crescimento instintivo são realizados, o estado dispõe de recursos para investir nas regiões menos desenvolvidas, fomentando a economia regional. As políticas de investimentos públicos se caracterizam como uma tentativa de impedir que a diferença entre regiões eficazes e atrasadas acresçam. Hirschman (1977) afirma que a tarefa essencial do poder público é criar nas regiões atrasadas atividades econômicas, com dinâmicas próprias que tenham efeitos positivos de crescimento sobre as demais regiões.

Contudo, entende-se que o grande desafio para o desenvolvimento da produção agropecuária é promover melhorias no seu sistema produtivo que transponham esses obstáculos, onde irá promover a inclusão da produção agropecuária em um sistema de produção moderno e eficiente com acesso menos burocrático de crédito para os produtores, assistência técnica e insumos.

#### **4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO NORTE**

Acerca do desenvolvimento econômico, Pereira (2006) dispõe que este fenômeno tem ocorrência predominante em regiões que realizam sua revolução capitalista e que se caracterizam pelo aumento sustentado da produtividade de determinado item acompanhado por um sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico e contínuo. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático na medida em que o sistema capitalista, através dos mecanismos de mercado, envolve incentivos para a produção. Os fatores fundamentais que determinam o desenvolvimento econômico é a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção, mas detalhadamente o fator principal determinar a maior ou menor aceleração do desenvolvimento capitalista é a existência de uma estratégia nacional de desenvolvimento. No grau em que uma sociedade nacional revela suficiente coesão quando se trata de competir internacionalmente, se aproveitará de forma mais viável os recursos e as instituições preparadas para crescer.

Em suma o crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo (VASCONCELLOS, 2000). A fim de entender melhor esta discussão, ressalta-se que o desenvolvimento econômico está relacionado a um fenômeno histórico, onde de um lado está o surgimento das nações e a formação dos estados nacionais e de outro a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital, que ocorrem principalmente em mercados relativamente competitivos, isto é, o desenvolvimento é um fenômeno relacionado com o surgimento das duas instituições fundamentais do novo sistema capitalista o estado e os mercados.

Siedenberg (2006) descreve o desenvolvimento como um processo de mudanças sociais e econômicas que ocorrem numa determinada região, onde considera-se a questão da abrangência das mudanças e envolve uma série de inter-relações com outros elementos e estruturas presentes nessa região, configurando um complexo sistema de interações e abordagens. Adentrando mais neste contexto, a produção agropecuária representa um importante mecanismo que proporciona esse crescimento na economia. A caracterização do setor agrícola a partir da participação relativa no PIB das atividades de produção estritamente agrícola não exalta à totalidade da complexidade do setor em questão. Tais motivos influenciaram alguns autores a trabalhar diretamente na caracterização mais abrangente do setor conhecido como agronegócio (Guanziroli 2006).

Berni e Fochezato (2005) ressaltam a mensuração do Agronegócio de Furtuoso e Guilhoto (2003), onde inclui a fração de outros setores da economia que respondem a estímulos para frente e para trás do agronegócio, estes computam-se como as seguintes atividades, o valor adicionado da atividade Agropecuária, o das atividades agroindustriais, os setores industriais fornecedores da Agropecuária e o os setores terciários, como os serviços de comercialização, transporte, etc.

Neste contexto, a atividade agropecuária representa segundo Berni e Fochezato (2005), aspectos do Agronegócio de Furtuoso e Guilhoto (2003), incluem setores da economia que respondem a estímulos para frente e para trás no agronegócio. O valor adicionado à atividade Agropecuária mas detalhadamente, a representatividade dos setores industriais condizentes a este segmento de produção e setores terciários fornecedores da agropecuária, mantêm o crescimento contínuo da atividade em algumas regiões já desenvolvidas, em outros casos, como na região norte, estes indicadores ainda são pouco mensuráveis se relacionados à representatividade da economia na região.

## **5 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Para identificar a relevância do setor agropecuário na região, foi realizado uma investigação acerca da produção agropecuária no Baixo Amazonas, fundamentada em dados secundários dos CENSO dos anos de 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de levantamento bibliográfico sobre a temática do projeto.

Para a apresentação do projeto, foi utilizada a técnica apresentada por Vergara, onde qualifica dois aspectos. Quanto aos fins, a pesquisa será caracterizada como descritiva, Vergara (2003) onde descreve-se a mesma como a explicação das relações de causa e efeito dos fenômenos, ou seja, analisam o papel das variáveis que, de certa maneira, influenciam ou causam o aparecimento do fenômeno e quanto aos meios, utilizaremos a análise documental e bibliográfica. Gil (2007), propôs o conceito que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Gil (2007) pressupõe que a pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica, a diferença essencial entre elas está na natureza das fontes; enquanto na pesquisa bibliográfica se utiliza diversas informações de diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetos de pesquisa.

A organização dos dados foi centrada na coleta de dados, tabulação e discussão dos resultados, estes dados foram adquiridos a partir do CENSO de 2000 e 2010, disponibilizados no Sistema do IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, esta pesquisa tem como base dados secundários, tendo em vista que não foi realizado estudo de campo, com levantamento documental e mapeamento de dados. Acerca dos Dados secundários entende-se que são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados, com outros propósitos de atender às necessidades da pesquisa em execução (GIL 2007).

Como método de análise será utilizado a forma descritiva, onde desenvolve-se essas teorias como uma fase inicial do processo de estudo dos dados coletados, onde utiliza-se de métodos da Estatística Descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos de dados (Edna, Ilka e Afonso Reis 2002).

Baseando-se nas afirmações de Lakatos (2010), a pesquisa em si tem como finalidade realizar um estudo acerca da produção agropecuária na mesorregião do baixo Amazonas, considerando as dinâmicas entre diversos tipos de grupos, sociedades e culturas, partindo de um método comparativo usado para diagnosticar as diferenças entre as formas ou capacidade de produção nas regiões próximas ressaltando seu desenvolvimento.

## 6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 6.1 OBJETO DA PESQUISA

Como objeto de estudo temos o Território Rural do Baixo Amazonas, onde em sua dimensão geográfica este é constituído por sete municípios, são eles: Urucará, São Sebastião do Uatumã, Parintins, Barreirinha, Nhamundá, Boa Vista do Ramos e Maués. O território compreende uma área de 107.029,63 Km<sup>2</sup>.

**Tabela 1 – Unidade Territorial do Baixo Amazonas**

CIDADE	TERRITÓRIO KM <sup>2</sup>
Maués	39.989,87
Urucará	27.903,37
Nhamundá	14.105,55
São Sebastião do Uatumã	10.741,06
Parintins	5.952,38
Barreirinha	5.970,55
Boa Vista do Ramos	2.586,84

**Fonte: IBGE, 2009. Adaptado.**

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, os aspectos socioeconômicos do Baixo Amazonas, onde tem-se como base os dados do Censo 2000 (IBGE) a população total do território é de 204.134 habitantes, com cerca de 55% da população concentrada na zona urbana. O município mais populoso do território é Parintins, com 90.150 habitantes, que corresponde a 44,2% da população total do território.

A população do Território é resultante de migração de paraenses, maranhenses, japoneses, cearenses e de habitantes do próprio Território – caboclos e remanescentes de comunidades indígenas. Os descendentes de japoneses concentram-se, principalmente, no município de Parintins, porém estes não constituem colônia como é usual em outras cidades que recebem esses imigrantes. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2000), o índice de Desenvolvimento Humano do Território é de 0,682, estando abaixo do índice do Estado, que é de 0,713. Dos três componentes do IDH (longevidade, educação e renda), a educação é o componente que mais tem contribuído para aumentar o IDH, estando inclusive acima da média do Estado (0,813). A renda e a longevidade são os indicadores que mais tem puxado o IDH para baixo, a Renda apresenta o pior índice (0,518).

**Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento do Baixo Amazonas**

Município	IDH	IDH por Componente		
		Longevidade	Educação	Renda
Barreirinha	0,645	0,693	0,782	0,461
Boa Vista do Ramos	0,642	0,618	0,850	0,458
Maués	0,689	0,721	0,812	0,535

Nhamundá	0,656	0,681	0,806	0,480
Parintins	0,696	0,705	0,855	0,527
São Sebastião do Uatumã	0,659	0,661	0,828	0,489
Urucará	0,698	0,705	0,800	0,589
<b>Território</b>	<b>0,682</b>	<b>0,698</b>	<b>0,828</b>	<b>0,518</b>
<b>Estado</b>	<b>0,713</b>	<b>0,692</b>	<b>0,813</b>	<b>0,634</b>
<b>País</b>	<b>0,766</b>	<b>0,727</b>	<b>0,849</b>	<b>0,723</b>

**Fonte: Censo Demográfico (2010), Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD)**

Quanto ao aspecto da educação no Baixo Amazonas, elaboramos nossa análise a partir de dados da SEPLAN (2004), onde número de alunos matriculados na educação básica (1ª a 8ª série) é de 89.264, sendo que 63,5% dos alunos são da área urbana. O quadro de docentes do Território apresenta 3.110 professores. Dentro do Território observa-se uma relação média de 29 alunos para 1 professor. Na zona rural da mesorregião do Baixo Amazonas existem 528 escolas que oferecem a educação básica. Essas escolas encontram-se normalmente nas comunidades mais povoadas, e o ensino que é oferecido só vai, na grande maioria das vezes, até a quarta série do ensino fundamental, grande parte das escolas apresenta problemas de estrutura e funcionamento em geral. Para dar continuidade aos estudos os jovens têm que migrar para as sedes municipais ou para outros centros urbanos maiores e dificilmente retornam para as suas comunidades de origem.

Analisando a economia do Baixo Amazonas, observa-se que esta não difere muito das outras regiões amazônicas, onde a maioria das famílias vive da pesca, caça e da agricultura de subsistência ou do extrativismo vegetal (pau-rosa, seringa, castanha, leite de amapá, leite de sorva e maçaranduba, fibra de juta e tabaco). Vale ressaltar que a pecuária e a cultura da mandioca e do guaraná têm um papel importante na economia do Território. Em destaque, o município de Parintins possui um dos maiores rebanhos bovinos do Estado do Amazonas, com 107.146 cabeças de gado (Pesquisa Pecuária Municipal, 2003), o município é também um dos poucos no Amazonas que possui matadouro e esta é uma importante atividade econômica local.

O sistema de produção no Baixo Amazonas, mas propriamente dito o Setor Agropecuário, tem perdido sua importância relativa na economia do Estado nos últimos anos o que pode ser avaliado por meio de alguns indicadores macroeconômicos.

O Produto Interno Bruto, por exemplo, que mede a dinâmica dos setores na economia, mostra uma queda acentuada na participação do setor agropecuário no período 1985-2000, passando de 9,08% para 2,26%, respectivamente, essa queda foi tanto em função da importância que os outros setores produtivos assumiram no contexto da economia amazonense devido ao novo modelo de desenvolvimento implantado no Estado, a Zona Franca de Manaus, quanto a um declínio dos preços relativos e da produção de vários produtos, ou até mesmo o desaparecimento temporário de alguns, como das fibras (juta e malva), e principalmente da queda acentuada da produção extrativa.

Os produtos extrativos que participavam com 81% do Valor Bruto da Produção em 1990 passaram a ter uma participação de 29% em 2000, ou seja, houve uma queda estimada em torno de 52% possivelmente decorrente desta expansão industrial implantada no estado. A produção agrícola do Território, em grande parte, é feita por pequenos produtores rurais, dispersos ao longo dos rios e isolados, enfrentando dificuldades de toda a sorte, desde o plantio até a comercialização.

Em tese, o setor agropecuário do Território se defronta com vários problemas que dificultam o seu bom desempenho como, baixa produtividade das culturas, altos índices de perdas dos produtos desde a colheita da produção até a chegada ao consumidor final, falta de armazenamento, dificuldades o escoamento da produção, falta de organização dos produtores, inexistência de uma política de crédito de fácil acesso, baixo uso das tecnologias disponíveis, além do baixo valor agregado aos produtos.

**Tabela 3 - Estabelecimentos Rurais Por Grupos de Atividades Econômicas**

Municípios	Total de estabelecimentos rurais	Lavoura temporária	Hort. E Produtos de Viveiro	Lavoura Permanente	Pecuária	Produção Mista (Lavoura e Pecuária)	Pesca e agricultura	Carvão Vegetal
Barreirinha	861	563	1	17	240	11	24	-
Boa V. do Ramos	424	154	1	114	98	32	11	-
Maués	1.333	637	-	583	64	14	1	-
Nhamundá	804	495	-	31	260	13	3	-
Parintins	2.924	1.811	10	347	580	56	64	1
São S. do Uatumã	249	203	-	30	9	1	2	-
Urucará	1.301	357	1	521	179	52	176	-
Território	7.896	4.220	13	1.643	1.430	179	281	1
Estado	83.289	49.414	1.691	15.817	6.882	1.695	2.597	150
% entre Território e Estado	9,5	8,5	0,8	10,4	20,8	10,6	10,8	0,7

**Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário IBGE (1996)**

Analisando a tabela acima, observa-se que a Lavoura Temporária é a segunda atividade que ocupa o maior número de estabelecimentos rurais, 1.643 ou 20,8% do total. A *pecuária* é a atividade que ocupa a maior quantidade de área por grupo de atividade econômica, 224.437 hectares, o que equivale a 50,6%.

## 6.2 A REPRESENTATIVIDADE DO SETOR AGRÍCOLA NA ECONOMIA DO AMAZONAS

Em termos econômicos, observamos um número significativo de estudos e análises sendo realizado em torno da temática do território e do desenvolvimento rural brasileiro, a abordagem territorial passa a assumir grande importância nas estratégias de desenvolvimento das regiões rurais do país, haja vista as dificuldades de compreensão das complexas configurações sociais e políticas que estão sendo postas a partir da implementação de políticas de desenvolvimento territorial, pautadas no fortalecimento das práticas de cidadania. Estas iniciativas políticas pressupõem a necessidade de se desenvolver novas óticas de análise com relação aos alcances das políticas públicas e das configurações das relações sociais existentes entre os diferentes atores envolvidos na gestão territorial.

Como exemplo concreto deste planejamento temos o projeto de desenvolvimento e integração territorial brasileira, trata-se de tentativas de impulsionar este desenvolvimento econômico na região amazônica, por meio da integração e articulação territorial, o investimento neste projeto justifica-se pela necessidade de ocupação dos espaços vazios e fortalecimento da segurança nas fronteiras nacionais. Como aspecto negativo de tal processo temos a transferência de centenas de pessoas destinadas a ocupação territorial da região, tal procedimento trouxe uma série de problemas sociais e econômicos, tendo em vista a pouca estrutura disponibilizada na zona rural da região.

Estas políticas de desenvolvimento acabaram acirrando as disparidades e as exclusões dos grupos sociais rurais locais. Embora as tentativas de conter ou minimizar os problemas sociais estivessem

presentes em diferentes estratégias governamentais, contraditoriamente, a pobreza, a marginalidade e a exclusão tornaram-se cada vez mais presentes na perspectiva do desenvolvimento adotado ao campo e às cidades brasileiras. A iniciativa de impedir o avanço da pobreza e da marginalidade tomou corpo em políticas de alcance social, focadas no fortalecimento da cidadania e da economia regional. Os Territórios da Cidadania representariam uma alternativa no sentido de minimizar e corrigir o déficit de desenvolvimento rural no país.

Contudo, o desenvolvimento rural não ocorrerá de forma automática e espontânea, é fruto da dinâmica de forças políticas, econômicas, sociais e culturais que atuam no território.

O que justifica a importância da utilização de estratégias governamentais que incluam formas de controle social e de participação de agentes sociais na definição de atividades produtivas, com metodologias participativas de gestão social, tendo como enfoque principal o local do produtor/empreendedor. O território precisa ser visto não apenas como uma estrutura física, mas como uma unidade político-administrativa que envolve aspectos como a gestão social e descentralização de políticas territoriais sustentáveis.

A distinção dos sistemas de produção na Amazônia espelha sua diversidade natural e social, estes sistemas de produção são essenciais não só para a sustentabilidade ambiental, como também para a dinâmica econômica e inclusão social.

Como uma estratégia de desenvolvimento sustentável na Amazônia há que se considerar alguns aspectos bem evidentes, de um lado, magnifica-se um desempenho econômico que resultou em grande parte da exploração predatória da base de recursos naturais, ou seja, reduzindo os ativos ambientais ao preço de um menor produto potencial futuro, já de outro, ainda não se constituíram mercados para os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas, ou que traduzam o potencial do patrimônio biológico da região em insumos para a bioindústria. A sustentabilidade econômica de grande parte das atividades que constituem o cerne da economia da Região Norte não está assegurada a médio e longo prazo.

O setor agropecuário na região amazônica consiste de amplo leque de atividades da produção animal e vegetal, com distribuição desigual no território. Quase 60% da expansão do valor da produção regional do setor nas três últimas décadas ocorreram no Pará e no Mato Grosso, somando-se ainda o Maranhão, Rondônia e Amazonas, chega-se a mais de 90% do crescimento absoluto do setor agropecuário nesse período.

Embora se observe crescente preocupação com a modernização tecnológica e a racionalização na produção, ainda predomina a percepção de que a Amazônia é uma fronteira aberta de recursos, o que induz os agentes produtivos a buscarem maior rentabilidade no menor tempo possível, inclusive por meio de ganhos patrimoniais derivados da apropriação especulativa de terras.

Contudo, ressalta-se a imensa importância econômica da atividade agropecuária na Mesorregião do Baixo Amazonas por tratar-se de uma atividade com alto teor de crescimento, principalmente na agricultura familiar a qual através da análise comparativa entre Censos Agropecuário de 1995/1996 e 2006 se observou um grande aumento em termos de produção e participação ativa na economia regional.

### **6.3 A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO AMAZONAS**

A atividade agropecuária nas últimas décadas, o desempenho econômico da região do Estado do Amazonas, não reflete um crescimento homogêneo, este foi associado principalmente à maturação dos investimentos públicos e aos incentivos fiscais dirigidos a zona franca, o que impulsionou o processamento de exportação.

Os números agregados referentes ao Produto Interno Bruto por estado, per capita e por setor, refletem as transformações ocorridas na dinâmica regional. A partir dos anos setenta ocorreu crescimento econômico expressivo e desde os anos oitenta o PIB vem crescendo mais rapidamente do que a média nacional. Nos anos noventa, a economia da Amazônia, mais especificamente, no estado do Amazonas, apresentou sinais de esgotamento dos ciclos expansivos anteriores, principalmente em função dos limites de inserção de uma economia caracterizada por baixo grau de inovação tecnológica e dependência da produção de matérias-primas em um contexto de globalização fortemente competitivo, em uma análise mais recente, estes segmentos veem apresentando um leve ritmo de recuperação de crescimento.

Embora se observe crescente preocupação com a modernização tecnológica e a racionalização na produção, ainda predomina a percepção de que a Amazônia é uma fronteira aberta de recursos, o que induz os agentes produtivos a buscarem maior rentabilidade no menor tempo possível, inclusive por meio de ganhos patrimoniais derivados da apropriação de terras destinadas a preservação tanto



da fauna quanto da flora, destaca-se a existência de aproximadamente 6,9 milhões de hectares de terras produtivas não utilizadas, enquanto se desmatam novas terras.

A atividade agropecuária experimentou uma forte expansão na região nos últimos anos, mais especificamente a agricultura, nestas áreas predomina a produção familiar, centrada em padrões de produções focados principalmente na sobrevivência das famílias e na sustentabilidade, nestas regiões cultivam-se principalmente mandioca, milho, o guaraná, e, em menor grau, culturas perenes, como banana, mamão e etc.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este projeto propôs uma pesquisa bibliográfica tendo, como base, informações censitárias de 2000 e 2010, produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde analisamos os resultados da produção agropecuária na mesorregião do Baixo Amazonas, comparando a produção intra-regional e expondo a importância do setor no desenvolvimento para a economia regional e local.

No cenário nacional a agropecuária tem relevados índices de produtividade, onde representa grande percentual no Produto Interno Bruto (PIB), com essa grande representatividade do setor na economia, o governo viabiliza políticas para o constante crescimento do setor como na modernização dos meios de produção, mas detalhadamente nos avanços na área da pesquisa e nos incentivos financeiros, com concessão de crédito e benefícios fiscais, além do programa de incentivo rural, que da seguridade ao produtor no caso de perdas em safras ou rebanhos.

A atividade agropecuária, nas últimas décadas, empenhou em grande parte o desempenho econômico da região do Estado do Amazonas, que não reflete um crescimento homogêneo, pois este foi associado principalmente à maturação dos investimentos públicos e aos incentivos fiscais dirigidos a zona franca, o que impulsionou o processamento de exportação.

Contudo, ressalta-se a imensa importância econômica da atividade agropecuária na Mesorregião do Baixo Amazonas por tratar-se de uma atividade com alto teor de crescimento, principalmente na agricultura familiar a qual através da análise comparativa entre Censos Agropecuário de 1995/1996 e 2006 se observou um grande aumento em termos de produção e participação ativa na economia regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUANZIROLI, CARLOS ENRIQUE. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações**. Universidade Federal Fluminense - Faculdade de Economia, Abril 2006.

PEREIRA, LUIZ CARLOS BRESSER. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Fundação Getúlio Vargas, março de 2006.

SOUZA, NALI DE JESUS DE. **Economia Regional: Conceito e Fundamentos Teóricos**. Revista Perspectiva Econômica - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1981.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

REIS, E. A; REIS, I. A. **Análise descritiva de dados Síntese numérica**. Universidade Federal de Minas Gerais – Instituto de Ciências Exatas / Departamento de Estatística, 2002.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CASTRO, CÉSAR NUNES DE. **A Agropecuária na Região Norte: Oportunidades e Limitações ao Desenvolvimento**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

PEREIRA, LUIZ CARLOS BRESSER. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Fundação Getúlio Vargas, março de 2006.

SOUZA, Deorgia Tayane Mendes. **Evolução da produção agrícola no município de Juazeiro (BA) Brasil**. Universidade Federal da Bahia.

VIEIRA, Cilane da Rosa; ALBERT, Carla Estefania; BAGOLIN, Izete Pengo. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico do Brasil: Uma Análise Comparativa da Desigualdade de Renda per capita dos níveis educacionais**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.